

Trabalhadores, partido e movimentos sociais: a experiência dos Comitês Democráticos Populares em Niterói (1945-1950)

LUCIANA PUCU WOLLMANN DO AMARAL*

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação das células e Comitês Democráticos Progressistas (ou populares) em bairros que contavam com grande concentração operária na cidade de Niterói¹, entre os anos de 1945 e 1950. Este período, que corresponde a um momento de amplo crescimento do partido (1945-1947), seguido de um período de ilegalidade e arrefecimento das suas forças (1947-1948), bem como de profunda autocrítica e redefinições por parte de suas lideranças (1948-1950), está imerso em acontecimentos – “internos e externos” que tiveram forte impacto na vida política brasileira, tais como: o término da 2ª Guerra Mundial, o fim do Estado Novo, o “alinhamento” do então presidente da República Eurico Gaspar Dutra com o bloco capitalista no contexto de Guerra Fria, etc.

Trata-se indubitavelmente, de um período que guarda em si uma experiência bastante singular da história do partido, pois ainda que breve, notabiliza-se por seus impasses, avanços, recuos e contradições (PANDOLFI, 1995). Por outro lado, vale acrescentar, que a nossa opção por lançar mão de uma periodização pautada em aspectos concernentes à dinâmica interna do PCB, se deu por critérios puramente organizacionais e não por preferências por alguma espécie de “história dos pináculos” (WINOCK, 1996: 273-279), que privilegiaria certa história “oficiosa” do partido. Não, definitivamente não é nosso interesse aqui submeter à dinâmica das “massas” à trajetória do “Partidão”. A nossa análise parte do pressuposto de que é possível identificar certas descontinuidades, diferenças e conflitos na relação entre a

* Doutoranda em História Política e Bens Culturais do Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais do CPDOC/ FGV

¹ Os bairros da cidade que possuíam grande concentração operária eram em sua maioria, localizados na zona norte da cidade, são eles: Barreto, Caramujo, Cubango, Engenhoca, Santana, Santa Bárbara, Vila Ipiranga (favela situada no bairro do Fonseca), Tenente Jardim. O primeiro, além de ser um local de moradia de trabalhadores, foi o principal “polo industrial” da cidade. Além destes, é importante citar o bairro da Ponta d’ Areia, localizado no centro da cidade e com grande concentração de estaleiros e os bairros de Neves e Venda da Cruz, ambos localizados no município de São Gonçalo e que configuram áreas conurbadas ao município de Niterói. Tanto pelas dimensões deste trabalho, quanto pelo estágio que se encontra a pesquisa, privilegiaremos aqui a análise dos CDPs localizados nos bairros do Barreto e da Engenhoca, ainda que possamos fazer menção esporádica aos CDPs situados em alguns dos bairros aqui citados.

“vanguarda partidária” e a militância das “massas”, ainda que sobre aparente consenso. Nas palavras de Jean-Pierre Rioux:

(...) entre o cidadão e o poder, entre o partido e o sufrágio, entre o instituído e informal, há espaço para uma reflexão do historiador sobre esta peneira ou esta malha associativa que envolve a sociedade, uma cultura e uma forma do político” (RIOUX, 1996: 103).

Neste sentido, consideramos a análise dos Comitês Democráticos Populares um campo de possibilidades bastante profícuo para este tipo de abordagem. Ainda que algumas análises considerem estas experiências populares dos anos 1940 e 1950 como resultado puro e simples de “manipulação” e “cooptação” - em contraposição aos movimentos sociais “autênticos” que “entraram na cena” brasileira em fins da década de 1970 e início da década de 1980, procuramos tomar aqui outra direção interpretativa. Tendo como base o estudo do historiador Adriano Duarte sobre a atuação dos CDPs no bairro paulistano da Mooca no imediato pós-guerra, acreditamos que para além de atender a uma simples demanda partidária e/ ou eleitoral buscando aproximação junto à população que residia em bairros periféricos, os Comitês acabaram convertendo-se em locais de reunião e reivindicação populares, bem como de difusão e compartilhamento de certa “linguagem de direitos” (DUARTE, 2002: 28-40). Em nosso estudo de caso, é possível identificarmos os indícios deste protagonismo popular a partir da continuidade da mobilização dos moradores dos bairros em prol das suas demandas, mesmo após a ilegalidade do partido, em 1947, e da subsequente reorientação das diretrizes do PCB para a atuação de sua militância².

É claro que o objetivo do partido em aumentar o seu número de membros através dos CDPs, “(...) que deveriam ser amplos e sem nenhuma cor partidária” (PRESTES, Luis Carlos. In: *Tribuna Popular*, 14/6/1945: 5) não significou a completa falta de controle do PCB junto a estes organismos. Muito pelo contrário. As diretrizes para implantação dos Comitês publicada pelo mais destacado periódico comunista do período, o *Tribuna Popular*, nos deixa claro que os CDPs deveriam se adequar a algumas regras ditadas pelo partido (CARONE, 1982: 57-59). As sucessivas menções dos Comitês nos relatórios da polícia política de que estes seriam “(...) entidades que, mascaradas de democráticas e beneficentes, têm por precípua finalidade, atrair o maior número de simpatizantes ao credo moscovita (...)” (CPDOC/ FGV. EAP. DOPS-RJ: 1945.11.1) também configuram indicadores de que havia uma forte atuação de militantes do

2 A partir do ano de 1947, o PCB abandonou o discurso de “coexistência pacífica” e a “colaboração entre as classes” e passou a defender a derrubada do governo através de uma revolução imediata.

partido junto aos CDPs. No entanto, não é nossa intenção aqui mostrar o contrário e sim, perceber como além do PCB, outros atores, tais como: as lideranças políticas locais, o Estado e é claro, a população residente nestes bairros operários tiveram um papel decisivo na experiência popular dos CDPs. Nas palavras de Ruth Cardoso:

Ao valorizar os processos de negociação que envolvem as organizações populares, nos tornamos mais sensíveis para registrar os debates internos sobre as diferentes estratégias a seguir. Este aspecto é quase sempre negligenciado, uma vez que algumas táticas de ação são percebidas como sinais de autonomia enquanto outras lembram clientelismo e manipulação. Tais classificações — um tanto maniqueístas — impedem uma análise mais fria dos conflitos internos ao movimento e também do modo como se combinam atuações diversas e aparentemente contraditórias. (CARDOSO, 1987:8)

Tomando como base alguns referenciais teóricos importantes para o campo da sociologia, tais como, Charles Tilly (2010) e Luiz Antônio Machado da Silva (1993); das antropólogas Eunice Durham (1984) e Ruth Cardoso (1987) e dos historiadores Adriano Duarte (2002, 2008, 2010) e Paulo Meksenas (2008), analisaremos aqui os Comitês Democráticos Populares como *movimentos sociais*. Afinal de contas, ao transformar as “necessidades em direitos”, os CDPs se converteram não apenas em um espaço para reivindicação de demandas, mas em um *locus* importante para a “redefinição do espaço da cidadania” (DUARTE e MEKSENAS, 2008).

Por mais que a temática dos movimentos sociais configure um “campo por excelência” da sociologia (GOHN, 2008: 19), esta categoria vem sendo utilizada de forma recorrente por pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas, inclusive historiadores. Como este é um trabalho que se insere dentro de uma perspectiva histórica, não deixaremos de referenciar aqui o debate historiográfico acerca do tema; por outro lado, as valiosas contribuições de outros campos do conhecimento – sobretudo das ciências sociais – além de fundamentais, são essenciais para uma abordagem interdisciplinar da temática dos movimentos sociais ou, nas palavras de Adriano Duarte e Paulo Meksenas, para uma “tessitura coletiva do conhecimento”.

Tendo ocupado uma posição destacada no que diz respeito à produção industrial do estado do Rio de Janeiro durante anos, Niterói se conformou desde as primeiras décadas do século XX, como um importante pólo de atração de trabalhadores que vinham, sobretudo, do interior do estado (GEIGER, 1956: 495-519). Devido aos recursos naturais disponíveis (águas pluviais, saída para o mar) e à infra-estrutura pré-existente (estrada de ferro, porto), a maior parte das fábricas se concentrou na zona norte da cidade (particularmente no bairro do

Barreto), região para qual também se dirigiram grande parte dos trabalhadores que procuravam fixar residência na cidade.

Motivadas pela oferta de terrenos e pela possibilidade de imobilização da mão-de-obra por intermédio da moradia - a exemplo de muitas outras instaladas aos moldes de “fábrica com vila operária” (LOPES, 1988: 38), a Companhia Manufatora Fluminense e a Cia. de Fósforos Fiat Lux (a primeira localizada no bairro do Barreto e a segunda no bairro de Neves) trataram de construir casas para seus funcionários. Como estas estavam longe de dar conta do número de trabalhadores que buscavam residir próximos do seu local de trabalho, a construção de casas nos morros foi aumentando rapidamente.

Aproveitando as possibilidades do mercado imobiliário nascente, os proprietários das antigas chácaras e engenhos dos bairros vizinhos ao Barreto – tal como o bairro da Engenhoca - começaram a lotear seus terrenos e vendê-los a preços populares. Construtores por ofício ou vocação – sobretudo de origem portuguesa (NOGUEIRA, 1998) – tratavam de dar feitura aos bairros que passavam a contar com dezenas de pequenas casas similares, germinadas, de portas e janelas altas, típicas dos bairros populares e operários. Entre os anos 1920 e 1940, o bairro da Engenhoca teve a sua população incrementada e com isso, os pequenos comerciantes não tardaram a chegar. A pavimentação das ruas e a instalação da rede elétrica, no entanto, chegaram paulatinamente.

Este forte adensamento populacional na região, combinada às questões relacionadas à infra-estrutura urbana que os moradores destes bairros necessitavam, tais como: questões de moradia, instalações apropriadas para coleta de esgotos, adequação no recolhimento de lixo, água encanada, qualidade no sistema de transportes, construção e conservação de espaços públicos de convivência etc. atraíram para o Barreto e para Engenhoca lideranças políticas que por intermédio de “promessas” e/ou realizações de melhorias na região, buscavam angariar votos. Assim, a partir de 1945, pessedistas, trabalhistas, comunistas, udenistas entre outros, passaram a visitar estes bairros com mais regularidade, procurando maneiras de se aproximar da população visando à captação de votos e apoio político. Enquanto os comunistas atuaram não só através dos sindicatos, mas também de suas células e Comitês Democráticos Populares ouvindo as necessidades de seus moradores; outras lideranças partidárias estabeleceram no bairro sofisticadas redes de contato, que envolviam seus partidos políticos, associação com as elites locais, cooptação de “cabos eleitorais” e quando possível, o uso da “máquina governamental” a fim de atender as demandas de seus possíveis eleitores

(AMARAL, 2011).

À frente da interventoria do estado por quase dez anos, Amaral Peixoto lançou as bases para que o “amaralismo” e mais tarde, o “pessedismo” pudesse se fortalecer na cidade de Niterói. Almejando modernizar a “vetusta” capital fluminense de então³, Amaral Peixoto tratou de pôr em prática uma série de obras de infra-estrutura na cidade, bem como projetos de cunho “social” nos bairros operários da zona norte da capital. No Barreto, Amaral Peixoto interviu no espaço do bairro capitaneando obras que lhes conferiam grande popularidade, dentre as quais podemos citar: o Hospital Orêncio de Freitas; a Escola do Trabalho Henrique Lage; a Casa Maternal 1º de maio; o restaurante do SAPS e a Fundação Lar do Operário Fluminense. Já na Engenhoca, destaca-se a inauguração de um posto médico por intermédio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tinha como sua presidente de honra Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

Neste ínterim, ao mesmo tempo em que os comunistas consideravam imperativa a tarefa de neutralizar a influência de Amaral Peixoto, estes não poderiam deixar de observar que para além das formas de articulação comunitária presentes nos bairros operários da cidade (associativismo, relações de vizinhança, sociabilidade comunitária, etc.), existiam nestes locais fortes marcas da administração amaralista.

Trabalhadores, partido e movimentos sociais: a experiência dos CDPs em Niterói

Na manhã de ontem, realizou-se em Niterói, uma manifestação dos operários do bairro da Engenhoca ao Comandante AMARAL PEIXOTO, que não compareceu, tendo sido representado pelo Cel. FEIO. O local da manifestação havia sido preparado de véspera, com a colocação de vários cartazes de fundo patriótico.

No entanto, na manhã de ontem, apareceu no local um cartaz de tamanho maior que os demais, com a seguinte legenda: o operariado só tem um nome a homenagear: LUIZ CARLOS PRESTES.

(Relatório sobre o panorama político do Estado do Rio de Janeiro no período de 15 a 25 de fevereiro de 1945. p. 6.CPDOC/ FGV. Arquivo EAP. Int. 1939.11. 23)

³ Niterói foi capital da província e depois do Estado do Rio de Janeiro de 1835 a 1975, com uma breve interrupção de 1894 a 1903.

Em novembro de 1943, o periódico comunista *Continental*, publicou um artigo denominado “Ampliem as bases para a União Nacional”. Propalando a sua defesa em prol da “União Nacional” contra os “bárbaros do Eixo”, o artigo fazia menção a um discurso proferido pelo interventor Amaral Peixoto na solenidade de fundação da Liga de Defesa Nacional do Estado do Rio. Sobre este aspecto, o autor do artigo escreveu que aquele era:

Certamente um dos mais importantes discursos que o Comandante Amaral Peixoto, interventor fluminense, já pronunciou em sua vida pública (...). O povo fluminense e com ele a opinião pública de todo o Brasil já se habituaram a ver em Amaral Peixoto o propugnador firme e tenaz da União Nacional, nos dias que vivemos.

O que mais importa, nesse discurso, é que, concretamente, ele retira o problema da União nacional do suspeito temor do palavreiro bombástico, sentimental e estéril em que tantas vezes tem sido iludido e conspurcado, para situá-lo no plano da realidade, no plano de sua obra cívica e política a realizar-se efetivamente, como condição para a própria sobrevivência e reafirmação da nossa consciência nacional diante das ineludíveis responsabilidades criadas pelo estado de guerra e das imprevisíveis dificuldades que teremos de enfrentar com advento da Vitória e da Paz.

(*Continental*. Ano II, nº IV, novembro de 1943, p. 2 e 40 apud CARONE, 1982:13).

Era então o ano de 1943. A entrada do Brasil na Segunda Guerra (1939-1945) deu uma nova injeção de ânimo às forças oposicionistas a Vargas – sobretudo ao “esfacelado” PCB – que passou a reivindicar o arrefecimento do regime ditatorial. Os discursos em defesa da “unidade” para combater o “inimigo maior do nazi-fascismo” começaram a ganhar mais espaço nos círculos comunistas. Em agosto daquele mesmo ano, a Conferência da Mantiqueira acabou por “afinar” o discurso das lideranças pecebistas em defesa da “união nacional”, ainda que sobre eco de vozes dissonantes (RODRIGUES, 1981; CARONE, 1982).

Enquanto no plano nacional esta postura colaboracionista do PCB se mostrava um tanto indigesta para uma parte de seus militantes, no Estado do Rio, o apoio ao interventor Amaral Peixoto – que futuramente seria um dos principais quadros do PSD – não parecia menos palatável. Porém, como os principais articuladores da Conferência da Mantiqueira eram fluminenses⁴, o Estado do Rio acabou se configurando como um dos estados em que esta decisão mais se fez valer. Em 1945, já no chamado “intervalo democrático” e sob os

4 Segundo Edgard Carone, as resoluções da Conferência da Mantiqueira acabaram fortalecendo os grupos do Rio de Janeiro e da Bahia, que eram partidários da “união nacional” (externa e interna). Este grupo se reuniu em torno da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) que mantinha relações muito próximas a Luís Carlos Prestes. A “(...) CNOP, por obter certas ligações com Prestes (...) já representava o pensamento do próprio Prestes”. (*Continental*, nº 7, p. 27 apud CARONE, Edgar., 1983: 3).

auspícios da política de “coexistência pacífica”, é possível vislumbrarmos no principal periódico comunista do período, o *Tribuna Popular*, menções elogiosas às ações de Amaral Peixoto, bem como a defesa da Constituinte com manutenção da ordem vigente, ou seja, com Vargas e os seus interventores⁵.

Logicamente, que a *détente* capitaneada pela direção do Partido não significou o abandono dos ideais revolucionários do comunismo e da ditadura do proletariado. Abdicar momentaneamente a estes, no entanto, se fez necessário em nome de um “partido de massas” que lhes garantisse vitórias eleitorais e lhes possibilitasse a ampliação do seu número de filiados dentro do contexto democrático que então se delineava (PANDOLFI, 1995: 144-147). Nas palavras de Prestes, o PCB deveria ser, naquele momento, “(...) um grande partido realmente ligado à classe operária e às forças decisivas do nosso povo” (*Idem*, p. 145). Enfim, um “partido de novo tipo” (*Idem*).

Atendendo às demandas partidárias e aos apelos do “Cavaleiro da Esperança”, foram criados os CDPs, sendo estes o primeiro sinal de trabalho legal do PCB (CARONE, 1982: 4). Funcionando em substituição ou em concomitância com as antigas células (“organismos de base”) (RODRIGUES, 1981: 411), estes Comitês, deveriam:

(...) ser amplos, de nenhuma cor partidária, e receber no seu seio a todos os sinceros democratas, patriotas e progressistas que realmente lutem pela união nacional, pela ordem e tranquilidade, pelas reivindicações econômicas mais imediatas e por eleições livres e honestas. É evidente desde logo que tais organismos populares escolherão como seus candidatos aos cargos eletivos os homens que lhes inspirem confiança, que lhes pareçam capazes de defender aquele programa e de participar ativamente da solução dos grandes e graves problemas nacionais do momento. (...)

(PRESTES, Luís Carlos. *Discurso do dia 23 de maio de 1945*. In: *Tribuna Popular*: 14/ 6/1945. p. 5).

Em Niterói, vários CDPs foram criados a partir desta data, estando a maior parte deles situados na zona norte da cidade. No bairro do Barreto, destacou-se a atuação da “célula Barreto”. Segundo o militante comunista Manuel Martins - que entre os anos de 1945 e 1947 atuou como um dos coordenadores da referida célula - estes organismos locais tiveram um

⁵ “Barcas no Barreto” (elogios à iniciativa de Amaral Peixoto em implementar uma estação das barcas no bairro do Barreto). Cf. *Tribuna Popular*, 20/6/1945, p. 5. “Doação da 1ª casa própria para a família do herói da F.E.B.” (Doação de uma casa da L.B.A., assinada por Alzira Vargas do Amaral Peixoto a viúva do expedicionário Oswaldo de Oliveira). Cf. *Tribuna Popular*, 1/7/1945, p. 1. “Somos pela Constituinte” (discurso do candidato a deputado estadual, Lincoln Oest dirigido à Amaral Peixoto durante comício em Niterói). Cf. *Tribuna Popular*, 20/9/1945, p. 2.

papel fundamental para o crescimento do PCB a nível nacional, porque funcionavam “(...) não só a nível de organização operária, mas a nível de organização do povo, do bairro, né?” Sem deixar de mencionar que as células objetivavam dentre outras coisas, a captação de votos, Manuel Martins narra detalhadamente como se dava a aproximação dos coordenadores da célula com os moradores do bairro:

Da maneira que o povo gosta, né? Com alegria e inteligência, né? Com festas, festas populares, né? Não foi à toa que a célula do Barreto funcionava a plenos pulmões, ela dominava o Barreto (...) ela patrocinava tudo, todas as festas que terminavam sempre com leilões. Festas de todo tipo, festas literárias, festas populares... teatro também. Levávamos artistas como Jararaca e Ratinho, artistas que eram “comunas” iam às festas e nós, com isso, começamos a atrair o povo a vir para a célula, para o movimento, né? Porque a célula do Barreto foi uma célula que penetrou na vida dos moradores do Barreto. Tinha o problema da moradia, tinha o problema da rua, tinha pouca moradia, queriam também ruas, as ruas tratadas, com esgoto. (MARTINS, Manoel. Entrevista concedida à autora. 8/6/2010)

É claro que o ato de rememorar está sujeito à “seletividades”, “flutuações” (POLLAK, 1992) e até de “imaginação criativa” (PORTELLI, 1993: 43) por parte daquele que relembra. A longa história de militância de Manoel Martins, que se iniciou na juventude e permanece ativa até os dias de hoje, bem como todos os acontecimentos políticos e histórias pessoais que vivenciou em seus 89 anos de existência, certamente influenciaram a sua narrativa em torno da atuação da célula comunista que “dominava o Barreto” e “patrocinava tudo”. Porém, conforme já abalizado em alguns estudos (DUARTE e FONTES, 2004; DUARTE, 2002; FONTES, 2008), as células e comitês desempenharam um papel fundamental na mobilização da população residente em bairros periféricos. Ao trazer para o debate público as necessidades cotidianas dos moradores destes bairros, atraindo muitas vezes “pessoas que não estavam familiarizadas com este tipo de organização e reivindicação” (DUARTE, 2002: 26), as células e CDPs acabaram concedendo maior visibilidade ao partido e ampliando sua base de apoio - inclusive nas urnas⁶.

Esta combinação que envolve mobilização popular, determinações partidárias e demandas eleitorais, acabou fazendo com que alguns analistas pensassem a experiência dos CDPs apenas como resultado de certo “cupulismo partidário”, “clientelismo” e “manipulação” e não como *movimentos sociais autênticos* (DAGNINO, 1994; SADER, 1988; SCHERER-

⁶ No pleito estadual de 19 de janeiro de 1947, compareceram às urnas 280.348 votantes (69,34% do eleitorado). Para Assembléia Legislativa, foram eleitos 24 deputados pelo PSD, 14 pela UDN, 8 e 6 pelo PCB. (CASTRO, 1995: 186).

WARREN, 2006). Afinal de contas, para estes pesquisadores, a gênese pecebista dos CDPs assim como as relações que seus membros estabeleceram com determinadas lideranças partidárias e com o próprio Estado, os desvinculariam da “autonomia” e do “espontaneísmo” que segundo eles, caracterizaram os movimentos sociais que emergiram na cena política brasileira nos anos 1970.

Refletindo sobre o pretenso caráter apartidário dos movimentos sociais que lutavam contra a carestia, Eunice Durham (1984) chama a atenção para a importância de investigarmos profundamente o discurso de aparente “unidade” tão recorrente na “fala” de representantes dos movimentos sociais (“antigos” e “novos”). Para a autora, por mais que as reivindicações em torno de aspectos que envolvam a “carência coletiva” gerem alguma espécie de “unidade” e “consciência de direitos” entre os representantes de determinado movimento, é preciso atentar para os elementos que porventura possam vir a cindi-los, como por exemplo, as vinculações partidárias. Porém, ao contrário de considerá-las um empecilho para análise, Durham acredita que estas:

(...) são parte integrante do processo de mobilização e elementos importantes para entender o caráter plenamente social destes movimentos. São essas ligações políticas ‘clandestinas’ que estabelecem elos entre mobilizações restritas, centradas no interesse de alguns, com forças sociais e políticas mais universalizantes, presentes no conjunto da sociedade. É importante por isso tentar entender porque elas sempre ocorrem “na sombra”. (DURHAM, 1984: 30)

Diante do exposto, consideramos que a vinculação do PCB com os CDPs, ao contrário de empobrecer a experiência destes enquanto movimentos sociais, revela a sua grande riqueza e complexidade. Afinal, ao tentar amenizar o discurso comunista militante com intuito claro de “atingir as massas”, os articuladores dos CDPs tiveram que recorrer “ao povo”, ouvindo as suas reivindicações e se apropriando das suas formas de associação, sociabilidade e “vida comunitária”. Sendo assim, ao mesmo tempo em que as lideranças do PCB tentavam de alguma forma incluir o partido nas demonstrações de valor, unidade, números e comprometimento (VUNC) (TILLY, 2010) dos CDPs, estes também não deixavam de ser influenciados pelas características próprias das comunidades onde se inseriam.

Em nosso estudo de caso, percebemos como a vida recreativa e associativa de outrora, teve grande relevância nas atividades realizadas pela célula do Barreto e pelo Comitê da Engenhoca (AMARAL, 2011). Festas com a presença de artistas, leilões para angariar fundos

para causas do partido e demandas do bairro, apresentações teatrais, etc. Em nossa pesquisa, conseguimos fazer um levantamento razoável de muitas ações “recreativas” destes organismos junto aos moradores dos bairros⁷. Sobre este aspecto, é interessante transcrever aqui as observações de um delegado da DOPS durante um comício realizado pela célula na Praça do Barreto, em pouco mais de um mês para o fim do Estado Novo:

Senhor Chefe,

*Consoante determinação de V. S. domingo último compareci ao Largo do Barreto, onde se realizou um comício promovido pelo “Partido Comunista, célula local, em prol da Constituinte”. Das orações pronunciadas, observei que elementos do Partido Comunista seguem uma linha de conduta previamente traçada. Os seus métodos de ação, aqui empregados, são os mesmos já postos em prática tanto nos Estados Unidos como na Argentina. Procuram eles infiltrar-se e conquistar simpatias da massa, seja da maneira qual for. De sorte que lhes não faz agir essa ou aquela idéia. O que lhes interessa, é como disse, **infiltrar-se e simpatizar-se com o povo, para isso observa-lhes as tendências e procura adaptar-se, e bater-se por elas, conquanto possam conseguir por esse meio atingir seus fins.***

(APERJ. 18/9/1945. Divisão de Ordem Política e Social. Setor: Prontuários; Pasta: 10488. *Grifos meus*).

Consideramos, porém, insuficiente pensar que tais iniciativas fossem apenas *estratégias* utilizadas pelas lideranças pecebistas para proporcionar um crescimento do partido. Afinal de contas, havia uma *tradição de sociabilidade* profundamente enraizada entre os moradores do Barreto e da Engenhoca, e justamente por isso acreditamos que o PCB, assim como outros partidos políticos que iam buscar apoio na região trataram de fazer uso destas a fim de dar suporte para a sua *ação política*⁸.

É claro que no que diz respeito à atuação do PCB através dos CDPs, esta aproximação “festiva” vinha acompanhada de formas de se criar uma “consciência coletiva de busca por direitos”. Segundo Manuel Martins, as reuniões na célula do Barreto eram periódicas e geralmente, contavam com a presença de moradores do bairro para discutir suas demandas locais: “Toda semana tinha uma reunião de organização e uma reunião política, tratando de problemas do bairro” (MARTINS, 2010). Já no CDP da Engenhoca, conseguimos identificar

7 “Show artístico na Engenhoca pró- imprensa popular” (*Tribuna Popular*, 23/9/1945, p. 1); “Feijoada na Engenhoca com shows e conferência proferida por Gregório Bezerra” (*Tribuna Popular*, 23/8/1947, p. 1); “Festa eleitoral na Engenhoca com a presença do vereador do Distrito Federal Agildo Barata” (*Tribuna Popular*, 14/9/1947, p. 1); leilão no Barreto pró-imprensa popular (*Tribuna Popular*, 26/10/1946, p. 1); Realização do “carnaval comunista” pela célula do Barreto. MARTINS, Manoel. Entrevista concedida à autora. 8/6/2010.

8 Tomei de empréstimo aqui as expressões utilizadas por Adriano Duarte em sua análise sobre as redes de sociabilidade do bairro da Mooca. DUARTE, Adriano. *Cultura popular e cultura política no pós-guerra*. Op. cit. p. 100.

várias reuniões que buscavam atender as principais reivindicações dos seus moradores, entre as quais podemos citar: a instalação de um posto médico, solução para o problema de água, coleta de lixo, medidas para o controle de epidemias, melhoria do sistema de transporte público etc. (*Tribuna Popular*, 22/12/1945, p. 4; 10/1/1946, p. 5; 19/6/1946, p. 4; 10/1/1947, p. 1). Todas estas demandas eram discutidas em reuniões e posteriormente articuladas em comissões que deveriam escrever petições e organizar abaixo-assinados.

Sendo assim, ao contrário das lideranças de outros partidos que muitas vezes se beneficiavam do aparato oferecido pela máquina estatal permitindo-lhes vincular determinadas “benesses” governamentais realizadas como sendo também suas próprias, a atuação nos CDPs nestes bairros acabaram criando um espaço para a difusão de práticas coletivas e de compartilhamento de certa “linguagem de direitos” entre seus moradores.

É claro que para conseguir obter estas melhorias nos bairros, tanto o Estado quanto algumas lideranças políticas de outros partidos eram constantemente convocadas. Muitas vezes, era a partir desta interlocução que as reivindicações dos moradores conseguiam ser concretizadas. Na Engenhoca, por exemplo, após inúmeras solicitações por meio de cartas e abaixo-assinados, um posto médico acabou sendo inaugurado no bairro por intermédio da Legião Brasileira de Assistência (LBA) (*Tribuna Popular*, 22/12/1945, p. 4; *Tribuna Popular*, 10/1/1946, p. 5).

A instalação do referido posto, contou com a presença da então primeira-dama do estado e Presidente de honra da LBA, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que, acompanhada por uma comitiva oficial e por um grande número de moradores do bairro, percorreu as ruas de terra batida da Engenhoca, bem como visitou as instalações do posto médico (CPDOC/AVAP. *Alzira Vargas do Amaral Peixoto em visita da LBA em Engenhoca. Data de produção: entre 1942 e 1945*).

A partir deste fato narrado, creio que seja importante pontuar aqui mais um aspecto que, a nosso ver, não pode deixar de ser considerado na análise de movimentos sociais: a relação com o Estado. Carlos Tilly (2010), Luís Antônio Machado (1987) da Silva e Ruth Cardoso (1993) nos alertam sobre a necessidade de superarmos a dicotomia existente entre Estado e sociedade. Corroborando com estas análises, abalizamos que ao mesmo tempo em que os membros dos CDPs dirigiam críticas ao Estado pelo “completo abandono” (*Tribuna Popular*, 22/12/1945, p. 4) sofrido pelos bairros populares e periféricos de Niterói, eles frequentemente se remetiam à administração pública a fim de buscar soluções para

determinados problemas locais. Destarte, ao invés de apenas dualidade e oposição, vislumbramos que entre Estado e movimentos sociais existiam complexas *relações de reciprocidade*.

Este debate se torna particularmente polêmico, quando refletimos sobre a “natureza do Estado” brasileiro dos anos 1940 até meados da década de 1960. Enquanto alguns pesquisadores enfatizam as complexas relações entre Estado e classe trabalhadora, que apesar de atores desiguais, se articularam em torno de um “projeto trabalhista” (GOMES, 2005; FERREIRA, 2001) - em contraposição às análises que conferiam ao Estado um papel de “manipulador” e “todo poderoso”; outras interpretações mais recentes optaram por resignificar o termo *populismo* buscando atentar, para além das ideias de “cooptação” e “manipulação” para a *reciprocidade* existente entre eles (DUARTE e FONTES, 2004; DUARTE, 2002; FONTES, 2008; FORTES, 2001; NEGRO, 2004).

Trata-se, sem dúvida, de uma discussão polêmica e que logicamente, nos interessa de perto. Diante da impossibilidade de inserir este debate dentro das dimensões deste trabalho, nos limitaremos aqui em destacar a importância destas contribuições para as nossas reflexões sobre as relações de reciprocidade que se processavam entre Estado e sociedade neste período.

Ao nos depararmos com a experiência dos CDPs, no entanto, não podemos perder de vista que estas relações estavam permeadas por mais um elemento: o PCB. Esta peculiaridade, ao contrário de configurar um mero detalhe para análise destes movimentos, mostra-se decisiva para compreensão de sua trajetória, principalmente após a redefinição das diretrizes do partido, na segunda metade dos anos 1940.

Apesar de ter sido um elemento indispensável para o crescimento eleitoral do PCB⁹, os CDPs acabaram se convertendo em objeto de intenso debate no interior do partido, sobretudo após este retornar à ilegalidade, em 1947. A política de “coexistência pacífica” em prol da “união nacional” apregoada pelo partido a partir da redemocratização passava a ser encarada como resultado de certas “ilusões reformistas” que em certa medida, não o prepararam para um possível “regresso conservador” que mais tarde se concretizou. A partir deste momento, um tom de autocrítica prevaleceu nos documentos produzidos – clandestinamente - pela direção do partido. O Manifesto de janeiro de 1948 propugnava agora não mais a “união entre

9 Neste período o PCB teve um salto de pouco mais de 800 militantes para mais de 200.000 filiados. (PANDOLFI 1995:146).

as classes”, mas a sublevação das massas contra o governo “antidemocrático” e “traidor” (PANDOLFI, 1995: 170).

Neste ínterim, um velho debate que chegou a ocupar uma boa parte dos escritos de Lênin (CARLO, 1976) ganhou destaque entre as lideranças do PCB. O “espontaneísmo das massas” creditado à experiência do partido junto aos CDPs, passava a ser visto por algumas lideranças do PCB como um equívoco, nas palavras de Prestes:

Orgulhávamos dos nossos duzentos mil membros, mas olvidávamos, como ensina ainda o camarada Stalin, que o Partido é forte não somente pelo número, mas antes de tudo pela qualidade de seus membros. Iludidos com o seu crescimento quantitativo (...) subestimamos também o papel do Partido, seu caráter de vanguarda do proletariado (...) Nosso partido perdeu suas características de organização superior da classe operária. (in: PANDOLFI, 1995: 172)

A partir daquele momento, as greves e a capacidade de organização da classe trabalhadora em torno dos sindicatos, passavam a ser vistas pelo PCB como as únicas formas de mobilização genuínas e de grande potencial revolucionário. Quanto aos CDPs, apesar de não se apresentarem mais como uma prioridade para a direção do partido, não deixaram de funcionar de imediato. Além da continuidade de mobilização de alguns militantes comunistas em torno deles¹⁰ muitos trabalhadores que não eram propriamente vinculados ao partido, continuaram a se articular em torno dos comitês e células mesmo quando estes foram proibidos de funcionar.

Considerações finais

No período pós-Estado Novo, várias forças políticas se engajaram em disputas tanto a nível “nacional” quanto em proporções mais “locais” a fim de fazer valer os seus projetos para o país e garantir seu domínio eleitoral. Empresários, políticos, cabos eleitorais e militantes dos partidos engendraram-se em lutas para angariar votos em bairros operários/populares como o Barreto e Engenhoca. Os trabalhadores, que naquele momento desempenhavam um papel central no cenário político nacional, viram o seu capital político

¹⁰ Entre os muitos indícios de que os CDPs continuaram a funcionar nos bairros operário de Niterói no período posterior a 1947, destacamos aqui o “copioso material subversivo” encontrado no CDP da Engenhoca, dias antes da comemoração pelo Dia do Trabalhador que ocorreu no bairro do Barreto em 1/5/1949 e que contou com a presença do então presidente da República, Eurico Dutra, do governador do Estado, Macedo Soares e do prefeito de Niterói, Rocha Weneck e resultou na prisão de José dos Santos, membro do referido comitê. (*Diário do Povo*, 3/5/1949).

incrementado e a “palavra operária” que até então se configurava como monopólio exclusivo do Estado (GOMES, 2005: 27) passava a ser disputada por outros atores.

Os Comitês Democráticos Populares e as células comunistas que atuavam nos bairros, desempenharam um papel importante neste processo. Em nome dos interesses das classes laboriosas, seus militantes ganharam as ruas para ouvir as novas demandas da classe trabalhadora, encontrada agora para além das fábricas, em “bairros populares”. A nova conjuntura política possibilitava assim, que a “palavra operária” também pudesse também ser ouvida sobre eco de outras vozes (*Idem*: 23).

Apesar do breve período de legalidade, estes organismos tiveram uma vida intensa junto às comunidades operárias do Barreto e da Engenhoca. Sua importância talvez se deva à forma que eles foram se inserindo na vida comunitária destes bairros, se apropriando de antigas formas de associativismo e sociabilidade, ao mesmo tempo em que iam familiarizando as pessoas com novas formas de mobilização coletiva na luta por melhorias cotidianas.

É claro que não estamos sugerindo aqui, que a experiência destes *movimentos sociais* foi marcada pelo “espontaneísmo” e “autonomismo” das massas proletárias, conforme a aceção romantizada atribuída por alguns analistas aos movimentos sociais que “entraram em cena” brasileira nos anos 1970 e 1980. Neste sentido, concordamos com Adriano Duarte quando este argumenta que:

(...) a autonomia não significava manter-se imune às influências políticas externas, mas transitar por todas, sem se perder em apenas uma; já o espontaneísmo estava ligado a um forte senso de oportunidade, pelo qual era necessário reagir e aproveitar todos os estímulos e as possibilidades de ação, independentemente de suas origens ideológicas ou partidárias (DUARTE, 2010: 254).

Entremeados pelas designações atribuídas pela cúpula partidária e ainda, por lideranças políticas locais, o Estado e é claro, a população residente nestes bairros operários, consideramos que os CDPs configuram um verdadeiro campo de possibilidades para análise dos *movimentos sociais*.

REFERÊNCIAS

Fontes.

1.1 Oraís.

Entrevistas realizadas pela autora

MARTINS, Manoel. Entrevista concedida à autora. Niterói: 8 jun. 2010.

1.2 Acervos documentais.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)
CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)
Documentação da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS).

1.3 Impressas.

Jornais e Revistas.

Biblioteca Nacional (BN) / Seção de Periódicos

Diário do Povo. 3/5/1949.

Tribuna Popular. 14/6/1945; 20/6/1945 1/7/1945 20/9/1945 14/6/1945; 23/9/1945, 23/8/1947, 14/9/1947, 26/10/1946, 22/12/1945, 10/1/1946, 19/6/1946, 10/1/1947.

IHGB/ Periódicos

GEIGER, Pedro. “Industrialização e Urbanização na Orla Oriental da Baía de Guanabara”. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XVIII, nº 4. Out.-dez. 1956. Pp.495-519.

Bibliografia

- AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. “Barreto, bairro operário”: trabalhadores, política e associativismo em uma comunidade operária fluminense. *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 3, nº 5, 2001.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. “Movimentos Sociais na América Latina”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 1, nº 3, 1987.
- CARLO, Antonio. “A concepção do partido revolucionário em Lênin”. Estudos CEBRAP, nº 15 janeiro-março, 1976.
- CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. São Paulo: DIFEL, 1982
- CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. UFF: Niterói, 1995.
- DAGNINO, Evelina (org.). “Os movimentos sociais e uma nova noção de cidadania”. *Anos 90: política e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.;
- DUARTE, Adriano Luiz, “Algumas considerações sobre o uso da categoria movimentos sociais”. *Cadernos AEL*. Vol. 17, nº 29, 2010
- _____. *Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Campinas: UNICAMP, 2002. Tese de Doutorado.
- DUARTE, Adriano Luiz e Paulo Meksenas. “História e Movimentos Sociais: possibilidades e impasses na constituição do campo de conhecimento”. *Diálogos*, v. 12, n. 1, 2008.
- DUARTE, Adriano e Paulo Fontes. “O populismo visto da periferia: Adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)”. *Cadernos AEL*, Vol. 11, nº 20/21, 2004.
- DURHAM. Eunice Ribeiro. "Movimentos Sociais: a construção da cidadania". *Novos Estudos CEPRAP*, São Paulo: 1984
- FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA,

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Jorge. *O populismo e a sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

• FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

• FORTES, Alexandre. *'Nós do Quarto Distrito': a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Campinas: UNICAMP, 2001. Tese de Doutorado.

• GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2008.

• GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

• LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe*. Marco Zero: São Paulo, 1988.

• MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. "Desdobramento do campo temático dos movimentos sociais". *Cadernos do CEAS*. Nº 144

• NEGRO, Antonio Luigi. "Paternalismo, populismo e história social". *Cadernos AEL*, Vol. 11, nº 20/21, 2004.

• NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. *Como nossos pais: uma história da memória da imigração portuguesa em Niterói (1900-1950)*. UFF: Niterói, 1998. Dissertação de mestrado.

• PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

• POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 5, nº 10, 1992.

• PORTELLI, Alessandro. "Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores". *Projeto História*, São Paulo: nº 10, dez. 1993.

• RIOUX, Jean-Pierre. "A Associação em política". In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

• RODRIGUES, Leôncio. "O PCB: os dirigentes e a organização". In: FAUSTO, Boris e HOLANDA, Sergio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL, 1981.

• SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra

• SCHERER-WARREN, Ilse. "Das mobilizações às redes de movimentos sociais". *Sociedade e Estado*. vol. 21, nº 1, jan.-abr. 2006.

• TILLY, Charles. "Movimento Social como Política". *Revista Brasileira de Ciência Política*. nº 3, jan.-jul. 2010

• WINOCK, Michel. "As idéias políticas" In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. pp. 273-279.